

Reavaliação da noção de tolerância em Marcuse *Revaluation of the notion of tolerance in Marcuse*

Hamilton Cezar Gomes Gondim*

1. Introdução

O que é tolerância? Se compreendermos tolerância em sentido lato como uma certa postura de aceitação ou compreensão em relação a um modo de vida que está em desacordo com nossas crenças e discursos, tal conduta se encontra recorrente na história. Esta modalidade de atitude, excederia uma região e estaria vinculada a vários povos e particularmente aos viajantes em contato com culturas diferentes no globo.

Entretanto, a tolerância ganha o *status* de uma reflexão filosófica acurada particularmente na modernidade, para a resolução de conflitos inicialmente de cunho religiosos no interior da sociedade civil. Autores como Locke, Voltaire e Mill especulam e desdobram a necessidade da prática tolerante numa sociedade marcada pela distinção de opiniões e crenças.

Porém, Herbert Marcuse propõe que um contexto distinto como o período do capitalismo industrial avançado exige uma reavaliação do conceito de tolerância. Sua tese no texto intitulado *Repressive Tolerance* é que, no século XX, a tolerância aparece como inverso de suas possibilidades emancipadoras e de resolução de certos conflitos sociais, ou seja, a tolerância pode funcionar como um discurso repressivo e de manutenção das desigualdades sociais. A tolerância serve como mais um instrumento ideológico que impede uma sociedade de se modificar, além de perpetuar sua hierarquia vigente.

Mas, como ocorreu essa passagem da tolerância como potencial conceito de libertação e igualdade na modernidade para uma ferramenta de opressão? Marcuse parte de uma perspectiva dialética ao qual o todo determina as partes. Neste caso, o sistema capitalista que progride em paulatina penetração global (o todo) condiciona o discurso da tolerância (a parte), de modo que uma concepção de tradição iluminista/liberal com potencial emancipador como a tolerância se transformou num instrumento subserviente para os interesses de perpetuação de um modo de produção e de um certo grupo dominante:

De acordo com uma proposição dialética, é o todo que determina a verdade – não no sentido que o todo é prévio ou superior às suas partes, mas no sentido que sua estrutura e função determina cada condição e relação particular. Então, no interior de uma sociedade repressiva, até movimentos progressivos ameaçam converter-se em seus opostos na medida que eles aceitam as

regras do jogo. (MARCUSE, 1965: 83. *Tradução nossa*)¹

A tolerância é um discurso emancipador, mas se torna em seu oposto devido a própria lógica opressiva do todo que é o sistema capitalista. Esta perda de eficiência emancipadora da tolerância, como observaremos posteriormente, afeta e se correlaciona com certos regimes políticos que usam amplamente o discurso tolerante no seu interior, como a democracia moderna.

2. Tolerância como um fim e tolerância como um meio

Marcuse não é avesso a tolerância, sendo inclusive um apologista de tal conceito ao considerá-lo um fim em si para a sociedade: “Tolerância é um fim em si. A eliminação da violência e a redução da repressão na proporção requerida para proteger o homem e os animais da crueldade e agressão são condições para a criação de uma sociedade humana” (MARCUSE, 1965: 82. *Tradução nossa*)².

Mas quando a tolerância é um fim em si e não um mero meio? Marcuse estipula que a efetivação da tolerância como um fim ocorre quando todos, nas diferentes esferas de divisão social, política e econômica respondem e praticam tal valor: “[...] tolerância é um fim em si apenas quando ela é verdadeiramente universal, praticada tanto pelos governantes quanto pelos governados, pelos senhores assim como pelos camponeses, pelos xerifes assim

como suas vítimas” (MARCUSE, 1965: 84. *Tradução nossa*)³. Entretanto, tal tolerância como fim apenas se efetiva sob a condição de não existir um grupo que faça uso do discurso tolerante para perpetuar um estado de desigualdade e exploração. Marcuse defende que não há tal civilização na contemporaneidade, de modo que a tolerância como fim não acontece no século XX, e ainda está a ser realizada em uma virtual sociedade futura. Marcuse defende, contudo, que os partidários que tentaram ou tentam efetivar a tolerância como fim em si na história se apresentam sempre engajados de modo intolerante com os que tentam reproduzir e manter a sociedade como se encontra em seu *status quo* opressivo.

Mas, se a tolerância pode ser encarada como um fim, como se pode descrever a sua outra possibilidade, isto é, a tolerância como um meio? A tolerância como meio surge como mediação para a manutenção de uma posição privilegiada (situação de classe). A tolerância serve, neste caso, como um instrumento para gerar um campo discursivo que não necessita da coerção física para manter o estado de situação social.

Outro nome possível que Marcuse referencia a tolerância como meio é o de tolerância pura ou abstrata: “Eu chamo esta tolerância não partidária de ‘abstrata’ ou ‘pura’ enquanto que resiste em tomar lados – mas, ao fazer isto, na realidade protege a já estabelecida maquinaria da discriminação” (MARCUSE, 1965: 85.

¹ According to a dialectical proposition it is the whole which determines the truth – not in the sense that the whole is prior or superior to its parts, but in the sense that its structure and function determine every particular condition and relation. Thus, within a repressive society, even progressive movements threaten to turn into their opposite to the degree to which they accept the rules of the game.

² Tolerance is an end in itself. The elimination of violence, and the reduction of suppression to the extent required for protecting man and animals from cruelty and aggression are preconditions for the creation of a humane society.

³ [...] tolerance is an end in itself only when it is truly universal, practiced by the rulers as well as by the ruled, by the lords as well as by the peasants, by the sheriffs as well as by their victims.



Tradução nossa)⁴. Marcuse faz uma ressalva acerca das eventuais interpretações do termo “puro” para a tolerância como meio. Na prática, não há nenhum estado ou sociedade com um discurso de tolerância indiscriminada, não se devendo compreender “puro” nesse sentido. Uma sociedade estabelecida por meio de regras e modo de vivência sempre apresentam aqueles que já previamente estão excluídos deste modo social ou são antagônicos àquela estrutura. O caráter de “pureza” ou abstração da tolerância se refere ao seu uso ideológico para suspensão do engajamento e tomada de decisão por parte daqueles que compõe a sociedade. Utiliza-se a aceitação da diversidade de maneira distorcidamente ampliada e como um legitimador para o não engajamento na cisão existente entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, como se tal posicionamento neutro fosse um gesto de tolerância. Oferece-se na tolerância pura uma panaceia, mas expressa como omissão e não intervenção nos conflitos sociais, o que auxilia na perpetuação de certas divisões hierárquicas .

Mas qual o motivo da tolerância pura/abstrata ter ampla adesão e aceitação? Marcuse evidencia que esta forma de tolerância é difundida principalmente pelos meios de comunicação de massa que constituem uma planificação das opiniões e discursos distintos como se fossem qualitativamente iguais. Essa equalização é reforçada pelo discurso da tolerância pura/abstrata e apoiada por uma aproximação ao modo de argumentação associada ao regime democrático:

*Mais ainda, em arrastados debates pela mídia, a opinião estúpida é tratada com o mesmo respeito que a opinião inteligente, o mal informado pode falar tão longamente quanto o informado, e a propaganda caminha junto com a educação, verdade com falsidade. Esta tolerância pura do ‘com sentido’ e do ‘sem sentido’ é justificada pelo argumento democrático de que ninguém, nem grupo ou indivíduo, está em posse da verdade e é capacitado de definir o que é certo e errado, bom e mau. (MARCUSE, 1965: 94. Tradução nossa)*⁵

Marcuse explora este inter-relacionamento entre democracia e a tolerância pura (I) e o engendramento da mídia na equalização dos discursos (II) para avaliar posteriormente potenciais campos de transformação desse estado de situação frente ao discurso tolerante.

3. Democracia e tolerância pura

Marcuse vive no período da guerra fria, de modo que a busca de disputa/controlado ideológico entre o capitalismo tutelado pelos Estados Unidos e o socialismo da União Soviética resultam numa ampla variedade de modelos políticos dos países que estão nos arredores dessa zona de influência, abarcando em ambos os eixos um espectro de regime político que vai desde o campo democrático até as formas ditatoriais. Marcuse compara de forma genérica o discurso do modelo democrático moderno aos discursos dos modelos ditatoriais deste período. O campo democrático, no contexto histórico, teria

⁴ I call this non-partisan tolerance "abstract" or "pure" inasmuch as it refrains from taking sides – but in doing so it actually protects the already established machinery of discrimination.

⁵ Moreover, in endlessly dragging debates over the media, the stupid opinion is treated with the same respect as the intelligent one, the misinformed may talk as long as the informed, and propaganda rides along with education, truth with falsehood. This pure toleration of sense and nonsense is justified by the democratic argument that nobody, neither group nor individual, is in possession of the truth and capable of defining what is right and wrong, good and bad.

aspectos mais positivos em relação aos modelos ditatoriais no que se refere à tolerância. Isto porque em modelos ditatoriais um campo de intolerância é ratificado deliberadamente pelo Estado, além de haver um discurso dúbio de sacrifício de vários homens no tempo presente sob o argumento dos ganhos e progressos para as gerações futuras: “Com todas as suas limitações, a tolerância democrática, sob todas as circunstâncias, é mais humana que a intolerância institucionalizada que sacrifica os direitos e liberdades das gerações que vivem pelo bem das gerações futuras” (MARCUSE, 1965: 99. *Tradução nossa*).⁶

A democracia seria um modelo plástico que pode ser adequado aos diferentes povos em diferentes demandas e situações. A democracia supostamente também teria a vantagem em relação aos outros modelos na medida que expõe de modo mais ou menos direto ao povo os custos para manter uma sociedade no seu estado atual. Caso não satisfeito, caberia ao povo reassumir periodicamente as possibilidades de redirecionar a política da sua nação com procedimentos como o sufrágio universal e outros meios legais e regulamentados de participação.

A base da argumentação democrática é que quem julga o verdadeiro ou o falso das opiniões é o povo. Esta premissa de julgamento acerca do verdadeiro ou falso, do bem e do mal a ser depositada no povo seria fundamentado teoricamente por não haver nenhum grupo privilegiado que detenha a verdade. A tolerância pura ou abstrata surge neste tipo de discurso, legitimada indiretamente sob um certo relativismo epistemológico. A premissa é

que se não há verdade ou ninguém tem um acesso especial a essa verdade, então não há sentido em distinguir opiniões, posicionamentos de outras formas de saberes. Todos os posicionamentos devem ser tolerados sem distinções qualitativas, cabendo tão somente como critério de decisão, um critério não epistemológico, mas sim tradicionalmente político: a deliberação da maioria ou do povo.

Marcuse é um crítico de tal noção e dessa forma de tolerância contida na argumentação democrática da equivalência de opiniões que podem ser livremente expressas e balizadas pela maioria, dado o estado de situação e contexto do século XX. Para que houvesse a possibilidade de deliberação de todos no direcionamento político e uma tolerância indiscriminada de opiniões nas sociedades contemporâneas seriam necessários que existissem algumas condições que assegurassem um campo não ideológico e elusivo da tolerância e da democracia: “[...] que as pessoas devam ser capazes de deliberar e escolher sobre a base do conhecimento, que devam ter acesso à informação autêntica e então, por meio desta base, suas avaliações devam ser o resultado de pensamento autônomo” (MARCUSE, 1965: 95, *Tradução nossa*)⁷.

Marcuse restaura parcialmente uma justificativa racional e de uma tradição que remonta ao iluminismo para a boa deliberação política e social. Só haverá boas decisões sociais e políticas na medida que o povo fosse capaz de julgar pela razão e, assim, melhor decidir nessa pluralidade de opiniões. O povo deveria saber bem decidir inclusive quais opiniões não devem ser admitidas num campo discursivo tolerante, na medida que algumas posições retiram o

⁶ With all its limitations and distortions, democratic tolerance is under all circumstances more humane than an institutionalized intolerance which sacrifices the rights and liberties of the living generations for the sake of future generations.

⁷ That the people must be capable of deliberating and choosing on the basis of knowledge, that they must have access to authentic information, and that, on this basis, their evaluation must be the result of autonomous thought.



próprio campo da tolerância e perpetuam posições não igualitárias entre os que participam dessa sociedade.

A crítica de Marcuse à argumentação democrática, na qual se encontra amplamente disseminado o discurso de tolerância pura ou abstrata, se estende também ao regime democrático em si. A promessa do regime democrático é a sua suposta capacidade de convívio com a diversidade e pluralidade, onde pode coexistir uma igualdade de direitos e a liberdade de discurso:

A força liberadora da democracia era a oportunidade dada a um efetivo desacordo, tanto ao indivíduo quanto em escala social, sua abertura às formas qualitativamente diferentes de governo, de cultura, de educação, trabalho – da existência humana em geral. (MARCUSE, 1965: 95. Tradução nossa)⁸

Marcuse, entretanto, propõe que não se evidencia na descrição da democracia um campo prévio omitido que impede o exercício destas qualidades. As possibilidades de dissensão efetiva e de subversão pelo povo são de antemão bloqueadas por meios repressivos e por formas de doutrinação não claras ao povo e que propagam uma tolerância abstrata. Mas quais seriam essas formas de doutrinação que vedam previamente o campo da livre discussão e a avaliação das opiniões numa forma de tolerância abstrata e não crítica?

4. Mídia e equalização dos discursos

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e a veiculação ampla de uma mídia centralizada e monopolista tem uma função eficiente em minar as potenciais capacidades críticas da população, perpetuando uma tolerância abstrata. Os que monopolizam tais meios de comunicação, ou seja, os que concentram renda e poder econômico, integram outros grupos que potencialmente se encontram numa posição que geraria desacordo e dissensão: “Sobre o comando da mídia monopolista – eles mesmos meros instrumentos do poder político e econômico – uma mentalidade é criada para qual o certo e errado, verdadeiro e falso são pré-definidos onde quer que afetem os interesses vitais da sociedade” (MARCUSE, 1965: 95. Tradução nossa)⁹.

A integração das virtuais oposições na sociedade ocorre por meio do uso da técnica publicitária e de propaganda como modo de dominação. O campo de discussão e de opinião já é pré-moldado pela mídia e, por conseguinte, as regras de um modelo social de livre discussão e debate já são sempre mitigados por um *background* já alienado da população: “Estas condições invalidam a lógica da tolerância ao qual envolvem o desenvolvimento racional do significado e excluem previamente o fechamento do significado” (MARCUSE, 1965:96, Tradução nossa).¹⁰ Segundo Marcuse (2000: 64), a democracia de massa criada pelo capitalismo monopolista mais a mídia moldaram os direitos e liberdades que concede em sua própria imagem e o

⁸The liberating force of democracy was the chance it gave to effective dissent, on the individual as well as social scale, its openness to qualitatively different forms of government, of culture, education, work-of the human existence in general

⁹ Under the rule of monopolistic media – themselves the mere instruments of economic and political power – a mentality is created for which right and wrong, true and false are predefined wherever they affect the vital interests of the society.

¹⁰ These conditions invalidate the logic of tolerance which involves the rational development of meaning and precludes the closing of meaning.

interesse expresso na maioria do povo é a maioria de seus mestres, isto é, dos grupos dominantes.

Se a lógica da tolerância no interior de uma sociedade é caracterizada pela diversidade de opiniões, então uma sociedade demarcada por um campo unificado da mídia que delimita antecipadamente ou exclui esta abertura ao diferente com seu instrumental técnico, implica uma falsa tolerância ou tolerância abstrata. Apresentações de teses opostas e em igualdade para um debate nesse quadro midiático perdem a força emancipadora e servem apenas para aumentar a ilusão de liberdade e escolha.

Surge uma série de táticas midiáticas que integram as oposições reais das opiniões e discussões, como o recurso de suposta neutralidade e objetividade dos jornais, revistas e tv. Tais formas de neutralidade e objetividade são refinadas quanto a seu modo de operar, tornando cada vez mais desnecessárias a flagrante negligência ou censura dos conteúdos e informações que gerariam insurreições ou revoltas. Ao invés disso, a neutralidade e imparcialidade da mídia compõe, como estratégia, um aplainamento das informações e debates, numa forma tendenciosa de apresentação igualitária entre o banal e o sério, com o intercalar do trivial de uma propaganda ao lado dos horrores de uma guerra.

Se um apresentador de notícias relata a tortura e o assassinato de trabalhadores de direitos civis no mesmo tom sem emoção que ele usa para descrever o mercado de ações ou o clima, ou com a mesma grande emoção no qual ele diz seus comerciais, então tal objetividade é espúria, mais ainda, é uma

ofensa contra a humanidade e contra a verdade por ser calma onde deveria ser colérica, por conter-se de acusação onde a acusação está no interior dos próprios fatos. (MARCUSE, 1965: 98. Tradução nossa)¹¹

A objetividade e neutralidade discursiva encontrada na mídia, legitimada pela escusa de que é a melhor forma de expressão para instaurar a tolerância neste meio, apenas desumanizam a sociedade: “Se a objetividade tem alguma coisa a fazer com a verdade, e se a verdade é mais do que uma matéria de lógica e ciência, então este tipo de objetividade é falsa, e este tipo de tolerância é inumana (MARCUSE, 1965: 98. Tradução nossa)¹².

A suposta objetividade ou imparcialidade já é uma das táticas que diminuem ou colocam como equivalentes informações que tratam de temáticas qualitativamente diferentes e normalizam ao grande público uma compreensão passiva e indiferente dos eventos. Marcuse assume que as informações são mediatizadas pelos veículos de comunicação em prol do interesse dos grupos dominantes. É necessária uma forma de acesso ao conhecimento que escape ou que se coloque no polo oposto da neutralidade e imparcialidade, na medida que tais predicados já foram absorvidos como modos de cerceamento das possibilidades críticas e de dissensão:

[...] Eles [o povo] teriam de ser libertos do doutrinamento que prevalece (que não é mais reconhecido como doutrinamento). Mas isto significa que a tendência teria de ser revertida: eles teriam de conseguir

¹¹ [...] if a newscaster reports the torture and murder of civil rights workers in the same unemotional tone he uses to describe the stockmarket or the weather, or with the same great emotion with which he says his commercials, then such objectivity is spurious-more, it offends against humanity and truth by being calm where one should be enraged, by refraining from accusation where accusation is in the facts themselves.

¹² If objectivity has anything to do with truth, and if truth is more than a matter of logic and science, then this kind of objectivity is false, and this kind of tolerance inhuman.



informações inclinadas à direção oposta [da mídia monopolista]. (MARCUSE, 1965: 99. Tradução nossa)¹³

Seria preciso rejeitar e romper com a neutralidade e objetividade que auxiliam na perpetuação de uma tolerância abstrata ou pura. É necessário assumir a mediatização do saber e da informação e contrapô-las numa forma não neutra, mas parcial e engajada como modo compensatório e potencializador de um campo de discussão não condicionado pelo interesse dos que se encontram numa situação privilegiada e de poder: “Esta ruptura – pré-requisito e sinal de toda liberdade de pensamento e discurso – não pode ser realizada no interior da estrutura estabelecida de tolerância abstrata e da objetividade espúria, porque elas são precisamente os fatores que precondicionam a mente *contra* a ruptura” (MARCUSE, 1965: 99. Tradução nossa)¹⁴.

Marcuse chega a conjecturar que, se o campo midiático controlado pelos grupos dominantes e outras precondições forem retiradas, uma insurreição revolucionária em relação ao modo de hierarquização social seria uma questão de tempo. Se estas considerações são corretas, são legítimas as buscas por ações que aparentemente são antidemocráticas e intolerantes em prol da reabertura de possibilidades de mudança social e de uma tolerância que não seja abstrata. Mas quais os valores e critérios para guiar uma transformação social rumo a uma tolerância real?

5. Legado liberal e iluminista

Marcuse nos propõe que, para pensar uma tolerância como fim a ser efetivado, é preciso pensar critérios e espaços fora dos já estabelecidos nos campos legais e jurídicos atuais. Tal necessidade decorre porque estes espaços tradicionais de exercício da aparente tolerância já foram aglutinados ou coordenados ao campo repressivo de manutenção da posição dos grupos dominantes, assim como na mídia.

Essa forma de tolerância como fim não pode ser efetivada também nas condições políticas atuais. Mesmo nas sociedades atuais mais democráticas, as decisões são guiadas ou direcionadas por um grupo ou líder que tem um certo controle do povo. Mesmo no interior do campo democrático também se encontram regimes de decisão unilateral para o que é supostamente melhor para sociedade através de seus líderes: “A questão irônica: quem educa os educadores (i.e. os líderes políticos) também se aplica a democracia”¹⁵ (MARCUSE, 1965: 104. Tradução nossa). Neste sentido, para que haja uma tolerância como um fim ou uma tolerância que não seja utilizada como mero instrumento ideológico, é necessário que não existam facções ou partes que decidam os rumos do campo social, ainda que sob a legitimação racional e crivo crítico. Nesses critérios não estão nem plenamente adequados um regime democrático moderno, nem as formas ditatoriais. Marcuse propõe que a tolerância como fim e irrestrita em todos os âmbitos sociais só será possível numa sociedade em que todos,

¹³[...] they would have to be freed from the prevailing indoctrination (which is no longer recognized as indoctrination). But this means that the trend would have to be reversed: they would have to get information slanted in the opposite direction.

¹⁴This rupture – prerequisite and token of all freedom of thought and of speech – cannot be accomplished within the established framework of abstract tolerance and spurious objectivity because these are precisely the factors which precondition the mind against the rupture.

¹⁵ The ironical question: who educates the educators (i.e. the political leaders) also applies to democracy.

de modo incondicional, possam discutir racionalmente para bem deliberar:

A única alternativa autêntica e negação da ditadura (com respeito a esta questão) seria uma sociedade na qual "o povo" tenha se tornado indivíduos autônomos, libertos das demandas repressivas de luta pela existência no interesse da dominação, e como tais seres humanos, escolhendo seu governo e determinando sua vida . (MARCUSE, 1965: 105. Tradução nossa)¹⁶

Marcuse não tem receio de se remeter a todo um *background* de origem iluminista para balizar a tolerância como fim numa virtual sociedade. O critério de uso pleno da razão por toda uma sociedade que não existe ainda aparece como um ideal regulativo herdado do Iluminismo. Mas, Marcuse tem consciência da incompatibilidade desta perspectiva de uma civilização com homens livres e em uso pleno da razão com a atual sociedade em que o homem precisa lutar para sua sobrevivência e em que suas escolhas são pré-condicionados por uma sociedade hierarquizada pelos detentores do poder econômico: "A tolerância universal torna-se questionável quando sua lógica não mais prevalece, quando a tolerância é administrada para indivíduos manipulados e doutrinados que papagaiam como se fossem próprias a opinião de seus mestres, para quem a heteronomia se tornou autonomia" (MARCUSE, 1965: 90. Tradução nossa)¹⁷.

Marcuse sustenta que para reivindicar uma tolerância universal é preciso que haja uma sociedade autônoma emancipada em que todos os homens estejam em plena

capacidade crítica. A autonomia é uma referência ao *corpus* kantiano de estar sob o crivo de autodeterminação por meio da razão. Em contraponto, o campo midiático e aqueles que repetem os discursos ideológicos dos meios de comunicação fazem parte de um campo da heteronomia, termo também ligado à Kant: "[a heteronomia é] a necessidade da ação partindo de um determinado interesse, interesse esse que ora podia ser próprio, ora alheio" (KANT, 2007:75). A utilização do termo heteronomia é adequado e adaptado por Marcuse, na medida que aqueles que reproduzem as opiniões midiáticas seguem um interesse fora da razão e alheio a si. Tal alheamento/alienação decorre da repetição e propagação daqueles conteúdos veiculados pelos que dispõem do controle dos meios de comunicação e que incitam a continuidade de um discurso da tolerância pura/abstrata contra emancipação e os oprimidos. Esse campo atual de indivíduos não engajados e não imersos numa sociedade livre e racional geram apenas um espaço heterônimo de manipulação discursiva e reprodução do discurso dos dominantes.

Marcuse também aglutina e radicaliza o pensamento liberal de Stuart Mill ao reinterpretar algumas reflexões do pensador inglês em prol de uma sociedade em que seja possível efetivar uma tolerância como um fim. Mill propõe que só há espaço para tolerância plena, com livre discussão e debate de opiniões para os homens que tem maturidade quanto às suas faculdades. Tal maturidade se expressa pela liberdade humana guiada pela razão. O exercício racional na liberdade em Mill, só

¹⁶ The only authentic alternative and negation of dictatorship (with respect to this question) would be a society in which "the people" have become autonomous individuals, freed from the repressive requirements of a struggle for existence in the interest of domination, and as such human beings choosing their government and determining their life.

¹⁷ Universal toleration becomes questionable when its rationale no longer prevails, when tolerance is administered to manipulated and indoctrinated individuals who parrot, as their own, the opinion of their masters, for whom heteronomy has become autonomy.



faz sentido no interior de uma sociedade apta ou digna de tal liberdade, sendo a liberdade um conceito vazio fora desta civilização constituída por homens racionais: “A liberdade, como princípio, não tem aplicação a qualquer estado de coisas anterior aos tempos em que a humanidade tornou-se capaz de ser melhorada por uma discussão livre e igual”(MILL, 2001: 14. *Tradução nossa*)¹⁸. Nos tempos em que os homens ainda não estão aptos para liberdade, isto é, no tempo em que não há uma real discussão livre, pautada na racionalidade, devemos, segundo Mill, agir politicamente em prol dessa liberdade de acordo com as condições de nossos tempos, mesmo que com atitudes e governos que não seriam aplicadas na sociedade idealizada: “O despotismo é um modo legítimo de governo ao lidar com bárbaros, desde que o fim seja sua melhoria, e os meios justificados pela efetiva realização desse fim” (MILL, 2001: 14. *Tradução nossa*)¹⁹.

Marcuse em analogia a argumentação de Mill, expõe que o século XX também não é formado por homens que guiam sua liberdade pela razão e que também não estão na maturidade das suas faculdades. Se isto for verdade, ações políticas que parecem de forma imediata oposta à tolerância e à liberdade, podem ser reais efetivadores de um maior espaço para a tolerância como fim no futuro. Sob esta

perspectiva é válido vedar e ser intolerante quanto a tolerância pura/abstrata presente na esfera pública e midiática, na medida que esta esfera impede um projeto social comprometido com a liberdade e tolerância. É necessário, inclusive, reabilitar o campo da violência para a modificação de uma sociedade que apenas nos oferece uma tolerância abstrata opressora.

6. Violência e tolerância

Para avaliar a violência em relação a tolerância é preciso reexaminá-la sem um caráter mistificado. A violência é ou foi presente em qualquer sociedade ou civilização. Já nas sociedades contemporâneas as formas de violência aparecem costumeiramente ou num campo de legalidade (como na atividade policial) ou fora dela (insurreição, expressões reacionárias ou de ódio, etc.). Além desta divisão comum, Marcuse delinea que existe uma distinção entre uma violência contida nos limites da prevenção de uma violência maior²⁰ e a completa aversão ideológica à violência inculcada no discurso de tolerância abstrata:

[...] o refrear da violência em face de uma violência vastamente superior é uma coisa, renunciar a priori violência contra violência, sobre bases psicológicas ou éticas (porque isto pode contrariar simpatizantes) é outra. Não-violência é normalmente não apenas pregado, mas exigido dos fracos –

¹⁸ Liberty, as a principle, has no application to any state of things anterior to the times when mankind have become capable of being improved by free and equal discussion.

¹⁹[...] despotism is a legitimate mode of government in dealing with barbarians, provided the end be their improvement, and the means justified by actually effecting that end.

²⁰ Deve ser frisado que Marcuse não é um apologista da violência, mas seu pensamento habilita o direito de resistir e usar uma contra-violência a uma violência maior já estabelecida: “A defesa da violência, em todas as circunstâncias em nossa situação, deve ser tabu. A violência pode ser considerada justificada apenas como contra-violência” (MARCUSE, 2011: .232,. *Tradução nossa*).

isto é, uma necessidade mais do que uma virtude, e normalmente não prejudica seriamente a situação do forte. (MARCUSE, 1965: 102. Tradução nossa)²¹

Marcuse especula que aqueles que no geral negam manifestações de violências para mudanças políticas, seja por motivos éticos ou psicológicos, são aqueles que já estão numa situação prática que não tem força para exercer tal tipo de violência sobre outro. Além disto, tal estado de pacifismo ou não-violência²² dificilmente modifica uma certa ordem social.

Marcuse delinea que a violência é um instrumento de luta ambígua, havendo distinções entre uma violência usada pelo opressor e uma violência usada pelo oprimido na história. Marcuse, entretanto, repele uma justificativa ética para a violência em qualquer instância. A ética deve ser descartada e se mantém em um campo ideológico. Isto porque, para alguém numa determinada compreensão de ética que se opõe à violência de forma total e indiferenciada não existiriam distinções qualitativas entre formas de violência. Todas as virtuais manifestações de um ato aparecem como formas desumanas, intolerantes e de objetificação do homem. Assim, a pergunta acerca da

justificativa do uso da violência não concerne a quando os oprimidos *devem ou não*, numa conotação moral, usar justificadamente meios violentos sobre os opressores. Marcuse coloca um critério de evidência histórica para legitimidade do uso violento e evidencia distinções nos resultados do uso da violência pelos grupos dominantes e os grupos dominados na história.

Haveria uma série de eventos passados dirigidos por aqueles que eram oprimidos que geraram, ainda que brevemente, uma sociedade com maior distribuição de riqueza, igualdade e diminuição da pobreza. Entre estes exemplos citados nominalmente estariam a revolução francesa, revolução chinesa e cubana:

[...] parece que a violência que emana da rebelião das classes oprimidas quebrou o continuum histórico da injustiça, crueldade, e o silêncio por um breve momento, breve mas explosivo suficiente para realizar e aumentar no escopo da liberdade e justiça, e uma melhor e maior distribuição equitativa da miséria e da opressão em um novo sistema social – em uma palavra: progresso na civilização. (MARCUSE, 1965: 107. Tradução nossa)²³

²¹ [...] to refrain from violence in the face of vastly superior violence is one thing, to renounce *a priori* violence against violence, on ethical or psychological grounds (because it may antagonize sympathizers) is another. Non-violence is normally not only preached to but exacted from the weak-it is a necessity rather than a virtue, and normally it does not seriously harm the case of the strong.

²² Exceções de mudanças sociais sem uso de violência, como o caso da independência da Índia, em que a violência física pouco aparece, são aparentes. Marcuse interpreta tais tipos de eventos sob a perspectiva de transformação de uma resistência pacífica em violenta na medida que a adesão massiva ameaça o próprio sistema vigente na forma de desobediência civil. Haveria nesse processo de manifestação em grande escala uma transformação do campo quantitativo para o qualitativo que cessaria de ser pacífico. Marcuse compara tal tipo de resistência entre os indianos ao de greve geral, onde o não fazer ou não agir não é uma forma passiva, mas uma forma ativa contra a política dominante.

²³ [...] it seems that the violence emanating from the rebellion of the oppressed classes broke the historical continuum of injustice, cruelty, and silence for a brief moment, brief but explosive enough to achieve an increase in the scope of freedom and justice, and a better and more equitable distribution of misery and oppression in a social system – in one word: progress in civilization.



Já a violência dos opressores não teriam levado a maior igualdade, mais tolerância ou progresso, gerando muitas vezes o seu reverso e a uma maior opressão: “A longa série de guerras dinástica e imperialistas, a liquidação de Spartacus na Alemanha em 1919, Fascismo e Nazismo não quebraram mas pelo contrário apertaram e simplificaram o *continuum* de repressão” (MARCUSE, 1965; 108., *Tradução nossa*)²⁴.

Na história, a violência advinda tanto de grupos opressores quanto dos grupos dominados tiveram em ambos os lados o suporte de grandes massas populacionais. A avaliação que divide tais grupos no uso da violência não é o suporte do povo, mas se a violência aplicada serviu a interesses e fins de cunho emancipatório ou não. E ainda, se o grupo dirigente que usa a violência está simplesmente reparando/renovando uma tradicional ordem social com diferentes dominadores ou está estabelecendo uma nova ordem social por um campo de maior igualdade, tolerância e liberdade.

Marcuse acredita que no século XX justamente o não uso de medidas violentas pelos grupos oprimidos entrelaçada ao espaço discursivo indiscriminado da tolerância abstrata presente na democracia moderna possibilitou o desenvolvimento e ascensão de grupos opressores como o nazismo: “Mas a divulgação da palavra [discurso] poderia ter sido parada antes que fosse muito tarde: se a tolerância democrática tivesse sido removida quando os futuros líderes iniciaram suas campanhas, a humanidade teria tido a oportunidade de evitar Auschwitz e uma

Guerra Mundial” (MARCUSE, 1965: 109. *Tradução nossa*)²⁵.

Já num período que se sucede a Segunda Guerra e que Marcuse chama de pós-fascista, o risco de continuidade da tolerância abstrata em adição à contínua progressão do campo midiático torna o estado de situação social mais perigoso, uma vez que engendram um campo cada vez maior de aceitação de livre palavra e controle da comunicação por grupos que contribuem para o campo da desigualdade e impedem virtuais possibilidades de insurreição.

7. Soluções em prol de uma tolerância como um fim na sociedade

Parte da solução de Marcuse ao pensar estratégias para uma sociedade que visa a tolerância como fim e desaparecimento paulatina da tolerância pura/abstrata é identificar empiricamente quais os potenciais grupos emancipadores no dado momento presente. Esses potenciais grupos auxiliariam na formação cada vez maior de uma sociedade plenamente autônoma e com participantes que fazem uso pleno da razão e de suas possibilidades críticas.

Além disto é necessário uma análise de situação sobre o que pode ser feito dentro das possibilidades históricas por esses potenciais grupos emancipadores. Tal análise inclui os recursos e fontes intelectuais e materiais, além de uma hierarquia ou escala que tem como meta a distribuição desses recursos, visando primariamente a necessidade vitais mais

²⁴ The long series of dynastic and imperialist wars, the liquidation of Spartacus in Germany in 1919, Fascism and Nazism did not break but rather tightened and streamlined the continuum of suppression.

²⁵ But the spreading of the word could have been stopped before it was too late: if democratic tolerance had been withdrawn when the future leaders started their campaign, mankind would had a chance of avoiding Auschwitz and a World War.

básicas. Mas, principalmente tornam-se necessárias medidas de repressão em relação movimentos que Marcuse considera “regressivos”, isto é, que minam a possibilidade de efetivação de uma tolerância como fim e mantém o discurso de tolerância pura/abstrata.

Entretanto, a avaliação subjetiva de uma situação, grupos ou oportunidades para uma sociedade mais livre e tolerante não nos aparece de modo evidente. Quem fará a correta diferenciação de quais grupos contribuem para uma sociedade mais igualitária e tolerante, se atualmente não existe ainda toda uma sociedade autônoma ou um povo que usa plenamente a razão? Para Marcuse, quem deve avaliar quais grupos ou situações são mais eficiente para se chegar a essa sociedade diferente é qualquer um que já agora apresenta maturidade das faculdades e da razão. Este grupo que faz uso de suas faculdade no atual campo social seria entretanto bem pequeno devido ao contexto social e teria um desafio:

Onde a sociedade entrou na fase de total administração e doutrinação, isso seria um pequeno número [de indivíduos racionais e amadurecidos] de fato, e não necessariamente os dos representantes eleitos. O problema não é o de uma ditadura educativa, mas a de quebrar a tirania da opinião pública e seus produtores na sociedade fechada. (MARCUSE, 1965: 106. Tradução nossa)²⁶

Num contexto social em que todos os setores e ideias são regulados para serem

aglutinados ao modo de produção capitalista e às elites, torna-se necessário identificar quais grupos atuais também estão na maturidade das suas faculdades da razão. Muitas vezes é preciso ter em mente que esses grupos não necessariamente estão no poder ou legitimados pela forma de poder do campo democrático. Diferente de Marx no século XIX, o qual identificava o proletariado como um grupo bem delimitado e com potencial emancipador e revolucionário, Marcuse propõe que na década de 60 do século XX não era possível encontrar de modo homogêneo e bem definido tal grupo. Pelo contrário, os nichos emancipadores se encontrariam dispersos e careceriam muitas vezes de organização e articulação:

As forças de emancipação não podem ser identificadas com nenhuma classe social ao qual, em virtude das suas condições materiais, é livre da falsa consciência. Hoje elas estão dispersas de forma desesperançosa pela sociedade e a luta das minorias e grupos isolados são frequentes em oposição às suas próprias lideranças (MARCUSE, 1965: 112. Tradução nossa)²⁷.

Não se deve, porém, suportar menos apoio a esses grupos por essa exclusão dos procedimentos de poder regulamentares ou da sua pouca articulação. Ao contrário deve-se fomentá-los em sua força de subversão frente à sociedade atual comprometida com uma tolerância abstrata. Marcuse vai mais além e propõe que são necessárias políticas e modos de tratamento não igualitário entre os grupos em prol dos oprimidos que fazem uso da

²⁶ Where society has entered the phase of total administration and indoctrination, this would be a small number indeed, and not necessarily that of the elected representative people. The problem is not that of an educational dictatorship, but that of breaking the tyranny of public opinion and its makers in the closed society.

²⁷ The forces of emancipation cannot be identified with any social class which, by virtue of its material condition, is free from false consciousness. Today, they are hopelessly dispersed throughout the society, and the fighting minorities and isolated groups are often in opposition to their own leadership.



violência em contraponto aos grupos que usam a violência em prol dos opressores. Essas medidas tolheriam a tolerância abstrata que suporta todas as opiniões de forma indiferente e seria fomentadora de uma tolerância como fim, só possível em uma situação diversa do estado de situação: “As condições sobre as quais a tolerância pode novamente se tornar uma força liberadora e humanizante têm ainda de serem criadas”(MARCUSE, 1965: 111. *Tradução nossa*).

É necessário também o cancelamento da ideia de que na sociedade há necessidade de assegurar uma igual liberdade de expressão, visto o caráter midiático já estabelecer através do seu modelo de persuasão e formatos uma desigualdade ou falsa equivalência entre discursos emancipadores progressivos e discursos regressivos. É necessário, inclusive, um campo discriminatório e de vedação em relação a certos discursos que contribuem para a regressão de uma sociedade mais livre e emancipada. Sem dúvida, tal tipo de censura deve se tornar necessária e justificada apenas em períodos de emergência. Mas Marcuse acredita, entretanto, que o período ao qual ele vive é um tempo de emergência:

Tal extrema suspensão do direito de livre discurso e livre reunião é, na verdade, justificado apenas se a sociedade como um todo está em extremo perigo. Eu mantenho que nossa sociedade está em tal situação de emergência, e que isto tem se tornado um estado normal dos eventos. Diferentes

"filosofias" não podem mais competir pacificamente pela aderência e persuasão sobre bases racionais: "o mercado das ideias" está organizado e delimitado por aqueles que determinam o interesse nacional e individual (MARCUSE, 1965: 110. Tradução nossa)²⁸.

Como já exposto, tal necessidade de censura ou de ser intolerante com certos grupos socialmente aceitos no campo civil se dá pela própria desigualdade engendrada nesta suposta igualdade discursiva. O poder elusivo de persuasão da mídia que veicula opiniões dos grupos detentores do poder não pode ser tratada de forma idêntica com as discussões filosóficas e racionais e seu modesto poder de penetração social.

Marcuse propõe também, como medida para a instauração de uma outra sociedade com efetiva tolerância, um processo de contra-educação. Surge a necessidade de incorporar um processo educacional baseado numa visão global e dialética em que os eventos e fatos do mundo podem ser visto pela perspectiva do todo e não neutralizado pela análise aparentemente neutra do particular que descontextualiza e retira o campo crítico do saber e informação:

O pré-esvaziamento da mente vicia a imparcialidade e objetividade: a menos que o estudante aprenda a pensar em direção oposta, ele será inclinado a localizar os fatos no interior das estruturas predominantes de valores. Erudição, isto é,

²⁸ Such extreme suspension of the right of free speech and free assembly is indeed justified only if the whole of society is in extreme danger. I maintain that our society is in such an emergency situation, and that it has become the normal state of affairs. Different opinions and "philosophies" can no longer compete peacefully for adherence and persuasion on rational grounds: the "marketplace of ideas" is organized and delimited by those who determine the national and the individual interest.

a aquisição e comunicação de conhecimento proíbe o isolamento dos fatos do contexto e de toda verdade (MARCUSE, 1965: 113. Tradução nossa)²⁹.

Esse processo de contra-educação seria particularmente vital para a juventude na medida que estes ainda não foram integrados a todos os mecanismos de reprodução socioeconômico e têm maiores possibilidades futuras de contribuição para efetivação de um forma de tolerância a ser criada como um fim. Como nos recorda Kellner (2004: 29) tal processo envolve um foco na libertação política, no desenvolvimento da sensibilidade e na razão crítica voltada para superar as contradições do presente.

Considerações Finais

Analisamos e expomos neste artigo a visão de tolerância marcuseana. Observamos que existem duas formas de tolerância: tolerância como fim e tolerância como meio (ou pura/abstrata). A primeira forma deve ser a tolerância a ser perseguida e ainda não estabelecida na sociedade atual e a segunda é uma forma ideológica de reprodução do campo social. A tolerância como meio é potencializada através de recursos como a argumentação de cunho democrático de livre expressão indiferente entre opiniões e a equalização dos discursos por meio de recursos midiáticos. Analisamos a crítica da noção de tolerância pura/abstrata em prol da efetivação da tolerância como fim e observamos que os critérios e valores para a efetivação da noção de tolerância como fim de Marcuse advém de uma tradição iluminista. Tal tipo de tolerância orientada nesta tradição só é possível sob a condição de uma virtual sociedade composta por cidadãos em plena

autonomia da razão e em maturidade de suas faculdades. Entretanto, para efetivação ou aproximação do ideal de tal sociedade, é necessário uma série de demandas concretas frente ao estado de situação que implicam: reabilitação da violência para os oprimidos como instrumento de luta, o tratamento não igualitário dos grupos opressores e dos grupos oprimidos quanto à liberdade de expressão e a necessidade de um contra-educação voltada particularmente para os jovens.

Observado este panorama, é necessário pôr em perspectiva as mudanças que ocorreram passado mais de meio século desde que *Repressive Tolerance* foi escrito. Marcuse (1976: 69) expôs que a sociedade industrial avançada do seu tempo tinha já ao seu dispor todos os meios técnicos, científicos e naturais que são necessários para construir uma sociedade alternativa e o que impedia era apenas o sistema existente com seus meios ideológicos, como a tolerância abstrata. Acreditamos que tal avaliação ainda é mais verdadeira na atualidade visto que o campo de capitalismo após esse período continuou a crescer e ser mais global, assim como os avanços tecnológicos e a gestão e aproveitamento de recursos.

Entretanto, o modo como a mídia é disposta hoje se modificou em relação a década de 60 do século XX. Com o advento de novos meios de comunicação cada vez mais a informação se torna descentralizada e a criação dos conteúdos são mais diversificados e geridos pelos próprios consumidores por meio de *blogs*, redes sociais e jornais eletrônicos alternativos que diminuíram o peso monopolizador do campo midiático tão criticado por Marcuse.

²⁹ The pre-empting of the mind vitiates impartiality and objectivity: unless the student learns to think in the opposite direction, he will be inclined to place the facts into the predominant framework of values. Scholarship, i.e., the acquisition and communication of knowledge, prohibits the purification and isolation of facts from the context of the whole truth.



Mas, a democratização da tecnologia e a difusão de novas formas midiáticas apresentam perspectivas ambíguas quanto aos eventuais relatos otimistas de serem catalisadores para a modificação social. O modo ideológico da técnica midiática se sofisticou com essa descentralização e está a se adaptar rapidamente. Na impossibilidade atual de grupos dominantes em gerir por completo os conteúdos das novas mídias, surge uma expansão maior da tolerância abstrata para suporte de todas as opiniões e se acentua o campo da banalização das informações para a manutenção do estado social.

Sem dúvida o descentramento midiático auxiliou as possibilidades de expressão de uma opinião sem a necessidade aparente de porta-vozes e de organizações, mas não gerou indivíduos racionais e autônomos que saibam utilizá-las. Poucas são as perspectivas alentadoras das escolhas de conteúdos feitos pela maioria ou o povo. Não é errôneo especular que, o que a maioria elege e põe em destaque como informações compartilhadas em vídeos, notificações e notícias nas novas mídias hoje estariam distante do que Marcuse consideraria como prováveis escolhas feitas por participantes esclarecidos e na maturidade de suas faculdades. A consequência paradoxal destas novas mídias é que a propagação de conteúdos alienados são gestados pelos próprios oprimidos e é o que auxiliam atualmente na manutenção da sociedade no lugar de transformá-la.

Frente a esta nova realidade, entretanto, as possibilidades propostas por Marcuse da necessidade de uma contra-educação que habilite uma visão do todo para um crivo crítico e a necessidade de reafirmação de modalidades violentas para os oprimidos se tornam ainda recomendações urgentes. É preciso fomentá-las para que exista uma tolerância real em oposição a uma

tolerância atualmente cada vez mais pura e abstrata.

Ademais, o modo atual e menos centralizado destes meios de comunicação ainda têm potenciais não completamente fechados para a reprodução social. Cabe então cogitar se o campo da crítica, da filosofia e da reflexão também pode se empenhar na aglutinação e empréstimo das formas de persuasão da mídia. Talvez tais recursos hoje alienantes possam ser remanobrados para gerar um esteio de entrada e introdução às possibilidades emancipadoras que o discurso racional traz nos seus desdobramentos. Sem dúvida cabe a questão de como fazer tal tentativa sem uma vulgarização/neutralização da capacidade da filosofia e do pensamento crítico, sendo um desafio por se fazer e a se ensaiar constantemente pelos que desejam transformar a sociedade em prol de uma tolerância como fim.

Bibliografia

- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- KELLNER, D. et al. *Marcuse's challenge to education*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.
- MARCUSE, H. *Philosophy, Psychoanalysis and Emancipation: An Introduction – Collected papers of Herbert Marcuse*. New York: Routledge Companion, 2011.
- _____. *An Essay on Liberation*. Boston: Beacon Press, 2000.
- _____. *Critique and Program*. In: MARCUSE, H. POPPER, K. *Revolution or Reform? A Confrontation*. Chicago: New University Press, 1976.

_____. *Repressive Tolerance*. In: MILL, J. *On Liberty*. Ontario: Batoche Books, 2001.
WOLFF, R. *et al. A critique of Pure Tolerance*. Boston: Beacon Press, 1965.

Resumo: O artigo analisa a noção de tolerância em Herbert Marcuse com foco na sua obra *Repressive Tolerance*. Expomos a distinção de Marcuse entre a noção de tolerância como meio e como um fim. Analisamos como a noção de tolerância pode ser utilizado como um discurso ideológico que utiliza o discurso democrático e a mídia como recursos para manutenção das injustiças sociais. Em contraponto, analisamos as medidas de Marcuse para o resgate de uma real sociedade tolerante coadunada a um ideal de tradição iluminista que guia e aponta soluções de erradicação da tolerância como ideologia.

Palavras-chave: tolerância; democracia; mídia.

Abstract: The article analyzes a notion of tolerance in Herbert Marcuse with a focus on his work *Repressive Tolerance*. We present Marcuse's distinction between the notion of tolerance as a means and a notion of tolerance as an end. We analyze how a notion of tolerance can be used as an ideological discourse that uses democratic discourse and a media as resources for maintaining social injustices. In contrast, we analyze Marcuse's measures for the rescue of a real tolerant society in line with an ideal of the Enlightenment tradition that guides and points out solutions for the eradication of tolerance as an ideology.

Keywords: tolerance; democracy; media.

*** Hamilton Cezar Gomes Gondim** é mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba, instituição na qual também se bacharelou e licenciou em Filosofia. Foi professor substituto na Universidade Estadual da Paraíba.